

# RADAR FEMINISTA

NO CONGRESSO NACIONAL

8 de setembro de 2021



O 7 de setembro foi um dia intenso de manifestações em apoio ou contrários ao Presidente da República. A expectativa era que ele ganhasse demonstrações incisivas de apoio dos caminhoneiros e dos policiais, o que não aconteceu. Ainda assim, um grupo considerável ocupou o gramado da Esplanada e 14 quarteirões da Avenida Paulista viraram um mar de gente de verde e amarelo. No discurso, Bolsonaro falou que não vai mais acatar qualquer decisão de Alexandre de Moraes, ministro do STF.

Mesmo com o tom golpista dos protestos em apoio ao Presidente, a Campanha Fora Bolsonaro e o Grito das Excluídas e dos Excluídos realizou atos em mais de 100 cidades do país. Em Brasília, o ato foi significativo e vibrou com o acampamento da II Marcha das Mulheres Indígenas. Em São Paulo, Boulos, Haddad e Gleisi Hoffmann discursaram. Não tivemos notícias de confronto.

Agora começa o jogo de xadrez nas instituições e a disputa de narrativas. Rodrigo Pacheco cancelou todas as sessões do Senado para esta quarta-feira (08/09), travando votações de interesse do Governo. A oposição busca aliados para enfraquecer a base bolsonarista na Câmara. Nas redes, [o discurso mais forte é de que as manifestações foram um fracasso](#). Ao abrir a sessão do STF na tarde desta quarta, Luiz Fux [rejeitou os discursos de Bolsonaro](#) e disse que ninguém fechará a Corte e que desprezar decisão judicial é crime de responsabilidade.

Na semana passada, [uma mudança na Legislação do Texas \(EUA\) animou parlamentares brasileiros](#) conservadores a propor uma audiência pública sobre o "Estatuto do Nascituro". A Lei que entrou em vigor no Texas no dia 1º de setembro, proíbe o aborto completamente, mesmo em casos de violência sexual e dá a qualquer indivíduo o direito de processar juridicamente médicos que realizem abortos após o limiar das seis semanas. Chamada de "Lei do batimento cardíaco", a legislação havia sido promulgada pelo governador texano Greg Abbott, em maio de 2021.

Organizações de mulheres entraram com recurso no Supremo do país, pedindo o veto à lei. No entanto, de maioria conservadora, a Suprema Corte norte-americana se recusou a bloquear a nova lei estadual e os Democratas não tem maioria para reverter a decisão.

No Brasil, o deputado Emanuel Pinheiro Neto (PTB/MT) apresentou um requerimento para a realização de Audiência Pública sobre Projeto de Lei nº 478 de 2007, o Estatuto do Nascituro. A Frente Parlamentar Feminista Antirracista reivindica que organizações de mulheres tenham espaço para falar.

E como se não bastasse o nível de violência a que as mulheres estão expostas diante da falta de estrutura da política de enfrentamento a nível nacional, na semana passada o deputado estadual Jessé Lopes (PSL), de Santa Catarina deu voz a Marco Antonio Heredia Viveros, ex-marido e agressor de Maria da Penha. Em postagens nas redes sociais, o agressor contou “sua versão sobre o caso que virou lei no Brasil” e que “sua história é, no mínimo, intrigante”, conforme legenda da foto publicada pelo parlamentar.

Outra notícia, mas essa era esperada, foi o veto que o Presidente fez nesta segunda-feira (6) ao projeto de lei que institui federações de partidos políticos e daria sobrevida a legendas pequenas. A oposição está trabalhando para tentar derrubar o veto

[Arthur Lira defendeu, no STF, a regularidade da tramitação do projeto de lei do novo Código Eleitoral.](#) O projeto deve começar a ser votado hoje, quarta-feira, dia 8 de setembro.

Começa a tramitar a proposta de [Lei Orçamentária enviada pelo Governo.](#) Nela, o salário mínimo não tem aumento acima da inflação previsto; há R\$3,9 bi previstos para a compra de vacinas em 2022; R\$16,2 bi para emendas parlamentares; R\$2,12 bi para o fundo eleitoral.

### SENADO

Na pauta do **Plenário do Senado**, temos o [PL 4968/2019](#) - Deputada Federal Marília Arraes - Institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual; e altera a Lei nº 11346, de 15 de setembro de 2006. A relatora é a Senadora Zenaide Maia.

Foi pedida a urgência do [PL 1951/2021](#), do Senado, que altera o [Código Eleitoral](#), a [Lei dos Partidos Políticos](#) e a [Lei das Eleições](#) para determinar o percentual mínimo de cotas de gênero nas candidaturas e a reserva de cadeiras nos legislativos. Também está com urgência requerida o [PL 783/2021](#), sobre coligações eleitorais.

### CÂMARA

Na quarta-feira a **Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) da Câmara** vota o requerimento 307/2021 - da deputada Chris Tonietto - (PL 434/2021) - que "requer a realização de Seminário sobre o Projeto de Lei nº 434, de 2021, o qual "dispõe sobre a proteção integral do nascituro e dá outras providências". A iniciativa da deputada amplia a proposta de audiência pública do deputado Emanuel Pinheiro Neto (PTN/MT).

Nessa mesma Comissão, diversos projetos de lei importantes vão ser discutidos:

- [PL 4550/1998](#), de Benedita da Silva (PT/RJ), que altera a CLT para obrigar as empresas que tenham pelo menos 30 trabalhadores a destinar local apropriado para os filhos dos empregados, durante o período de amamentação até os seis anos de idade. A relatora é a deputada Jandira Feghali, cujo parecer é pela aprovação do substitutivo.

- [PL 7109/2010](#), do senador Expedito Júnior - (PLS 48/2008), possibilita a interrupção do estágio da estudante grávida. A relatora é a deputada Flávia Moraes (PDT/GO), com parecer pela aprovação do substitutivo.

Por fim, na pauta da CSSF também destacamos o [PL 7004/2017](#), dos deputados Weliton Prado e Ricardo Izar, que asseguram que haja unidades móveis de saúde para a realização de exame mamográfico. A relatora é a deputada Tereza Nelma, que é pela aprovação com emenda.

A semana está repleta de audiências públicas. Na próxima sexta-feira, dia 10, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias vai discutir o [Observatório RPU, de Proteção a defensoras de direitos humanos](#). Organizações como Terra de Direitos, Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, além da Onu Mulheres e o Governo estão convidadas.

[A Comissão de Legislação Participativa vai realizar também na sexta-feira uma audiência pública sobre o papel das mulheres indígenas no combate às ameaças a seus povos](#). Representantes de diferentes povos, assim como organizações indígenas estão convidadas. Na quinta-feira, dia 9, o tema é, violações e violências contra as mulheres indígenas no Brasil, audiência pública conjunta das Comissões de Direitos Humano e da Mulher.

## RESULTADOS DA AGENDA DA SEMANA

DE 30 DE AGOSTO A 3 DE SETEMBRO

Na semana passada foi votada a [segunda fase da Reforma Tributária na Câmara](#). As principais alterações foram a recalibragem do imposto de renda para pessoa jurídica, com diminuição de impostos; Estados e municípios terão uma pequena redução na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido; e o aumento do limite de isenção do Imposto de Renda de R\$1,9 mil para R\$2,5 mil.

A **Comissão de Direitos Humanos** aprovou requerimentos para a realização de duas audiências públicas de interesse das mulheres. Uma sobre a perda de guarda por mães de religião de matriz africana, da deputada Erika Kokay (PT/DF). Ela e a deputada Joenia Wapichana (REDE/AP) aprovaram requerimento para tratar das violações e violências contra as mulheres indígenas no Brasil.

A **Comissão da Mulher** aprovou diversos requerimentos, dos quais destacamos:

- [REQ 44/2021, sobre o PL nº 5.254/2020](#) – obrigatoriedade da presença de matérias de combate e prevenção da violência doméstica contra a mulher nos cursos de formação dos agentes de segurança pública;

- [REQ 49/2021](#) – sugere a criação de Comissões de Defesa dos Direitos da Mulher no âmbito das Assembleias Legislativas e das Câmaras Municipais que ainda não disponham desse instrumento.

Dos Projetos aprovados nessa Comissão, destacamos:

- [PL 2429/2019](#) - do senador Fernando Bezerra Coelho, que regula a realização de testes de aptidão física em concurso público por candidata gestante.

- [PL 4827/2019](#) - da deputada Carmen Zanotto, que altera a Lei Maria da Penha sobre o uso de dispositivo móvel de segurança para conferir maior efetividade às medidas protetivas de urgência.

- [PL 4768/2019](#) - do deputado Diego Garcia, que Institui a Política Nacional de Promoção, Proteção e Apoio ao Aleitamento Materno. Apesar do deputado ser parte do grupo fundamentalista no Congresso, o PL não tem nada relacionado ao nascituro até o momento.

Na **Comissão de Segurança Pública e de Combate ao Crime Organizado (CSPCCO)**, foi aprovado o [PL 7181/2017](#) – de quando Gleisi Hoffmann era senadora, altera a Lei Maria da Penha para instituir o programa Patrulha Maria da Penha. Ele também altera a Lei nº 11473, de 10 de maio de 2007, para inserir a proteção à mulher em situação de violência doméstica e familiar como atividade imprescindível à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. O projeto vai para a CCJC.

## VALE A PENA CONFERIR

[Podcast Café da Manhã \(Folha\) sobre os atos do dia 7 de setembro.](#)

[Artigo Átila Roque, no Nexo, sobre a Conferência de Durban em 2001.](#)

6



Radare elaborado pela equipe do [Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA](#) a partir das informações fornecidas pela [Contatos Assessoria Política](#) e dos sites da [Câmara](#) e do [Senado](#).